



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.381, DE 2024

(Do Sr. Pastor Gil)

Institui a obrigatoriedade de fabricação de equipamentos elétricos bivolt no Brasil e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR;

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024.
(Do Sr. PASTOR GIL)

Institui a obrigatoriedade de fabricação de equipamentos elétricos bivolt no Brasil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de que todos os equipamentos elétricos produzidos no território nacional sejam bivolt, possibilitando o funcionamento tanto em redes elétricas de 110V quanto de 220V.

Parágrafo único. Entendem-se como equipamentos elétricos abrangidos por esta lei todos os aparelhos e dispositivos que necessitem de alimentação elétrica para seu funcionamento, incluindo, mas não se limitando a eletrodomésticos, eletrônicos, ferramentas elétricas, entre outros.

Art. 2º A obrigatoriedade estabelecida no artigo 1º aplica-se tanto aos equipamentos fabricados no Brasil quanto aos importados, devendo estes últimos estar em conformidade com as normas técnicas brasileiras e serem acompanhados de adaptadores ou fontes de alimentação compatíveis com redes elétricas de 110V e 220V.

Art. 3º Os fabricantes e importadores terão o prazo de [definir prazo] a partir da publicação desta lei para se adequarem às suas disposições, devendo, ao final deste prazo, disponibilizar no mercado apenas equipamentos elétricos bivolt.



Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposta visa garantir maior praticidade e segurança aos consumidores brasileiros, eliminando a necessidade de uso de transformadores ou adaptadores para utilização de equipamentos em regiões com diferentes padrões de voltagem. Além disso, a medida contribuirá para a redução do descarte inadequado de equipamentos elétricos incompatíveis com a voltagem local, promovendo assim benefícios ambientais.

A proposta de tornar obrigatória a fabricação de equipamentos elétricos bivolt no Brasil visa atender a uma série de demandas e necessidades que impactam diretamente os consumidores, a indústria nacional e o meio ambiente.

Facilidade e comodidade para os consumidores: A implementação da obrigatoriedade de fabricação de equipamentos bivolt proporcionará maior comodidade aos consumidores brasileiros, eliminando a necessidade de adquirir transformadores ou adaptadores para utilizar seus equipamentos em diferentes regiões do país. Isso resultará em uma experiência mais prática e segura para os usuários, especialmente em um país com grande extensão territorial e diversidade de padrões de voltagem.

Redução do descarte inadequado de equipamentos: A padronização dos equipamentos como bivolt contribuirá para a redução do descarte inadequado de aparelhos elétricos incompatíveis com a voltagem local. Muitas vezes, equipamentos monovolt acabam sendo descartados quando seus proprietários mudam para regiões com padrões diferentes de voltagem, o que gera impactos ambientais negativos. Ao tornar os equipamentos bivolt,



evita-se esse desperdício e promove-se um consumo mais consciente.

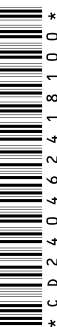
Modernização da indústria nacional: A exigência da fabricação de equipamentos bivolt impulsionará a modernização da indústria nacional, estimulando a adoção de tecnologias mais avançadas e eficientes. Além disso, incentivará investimentos em pesquisa e desenvolvimento para aprimorar a eficiência energética dos produtos, alinhando-se às tendências globais de sustentabilidade e inovação.

Benefícios econômicos: A padronização dos equipamentos como bivolt poderá resultar em economias significativas para os fabricantes, uma vez que simplificará o processo produtivo e reduzirá a necessidade de produzir versões específicas para diferentes regiões. Essa redução de custos pode refletir em preços mais competitivos para os consumidores finais, ampliando o acesso a produtos eletrônicos e eletrodomésticos.

Diante do exposto, consideramos que a aprovação deste projeto de lei é fundamental para atender às demandas dos consumidores por praticidade e segurança, promover benefícios ambientais ao reduzir o descarte inadequado de equipamentos elétricos e estimular a modernização da indústria nacional, alinhada às tendências globais de sustentabilidade.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Federal **PASTOR GIL PL/MA**



FIM DO DOCUMENTO